



A RENDA DA TERRA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA PELO PRISMA DA ECONOMIA POLÍTICA¹

EARTH INCOME: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW BY THE PRISM OF THE POLITICAL ECONOMY

Tiago Soares Barcelos²

Gabriel Moraes de Outeiro³

Jax Nildo Aragão Pinto⁴

Resumo: Este levantamento bibliográfico teve como foco a análise e compreensão da questão renda da terra sob o olhar dos economistas clássicos e pensadores contemporâneos. Observa-se que esta noção é emblemática, pois constitui um dos últimos focos de resistência ao capitalismo moderno, já que parte dos trabalhadores (camponeses) se recusa a se proletarianizar. Diante dessa resistência, ocorrem diversos conflitos entre os agentes econômicos e os trabalhadores do campo, que possui uma nítida desigualdade de forças e relações de poder. Nesse sentido, objetiva-se realizar um trabalho de natureza teórica e, o procedimento metodológico consiste em uma pesquisa bibliográfica. Por fim, ao se trabalhar com a noção de riqueza observou-se que a sua distribuição apresenta contradições, além de um campo que apresenta uma correlação desiguais de forças, carecendo de reflexões para a busca do seu equilíbrio.

Palavras-chave: Renda da terra; economia política; teoria econômica.

Abstract: This bibliographical survey focused on analyzing and understanding the issue of land income under the gaze of classical economists and contemporary thinkers. It is observed that this notion is emblematic, because it constitutes one of the last foci of resistance to modern capitalism, because its workers (peasants) in much of the cases refuse to be proletarianized. Faced with this resistance, there are several conflicts between economic agents and field workers, which is a clear inequality of forces and power relations. In this sense, the objective is to perform a work of theoretical nature and the methodological procedure consists of a bibliographic research. Finally, when working with the notion of wealth, it was observed that its distribution presents contradictions, besides a field that presents an unequal correlation of forces, lacking reflections for the search for its balance.

Keywords: Land income; political economy; economic theory.

¹ O presente trabalho foi realizado pelo Núcleo de Estudos em Sustentabilidade e Gestão Ambiental (NESGA/UNIFESSPA)

² Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA; Doutorando em Geografia Humana pela USP (DINTER); Mestre em Sustentabilidade (UFOP); MBA em Gestão de Projetos (UNA); Graduado em Administração e Economia (UNIPAC/Unicesumar). E-mail: tiago.barcelos@unifesspa.edu.br (*) Autor para correspondência.

³ Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA; Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA); Doutorando em Direito (UFPA); Mestre em Direito (UFPA); Especialista em Direito Tributário (UNIDERP); Bacharel em Direito (CESUPA). E-mail: gmouteiro@unifesspa.edu.br

⁴ Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA; Doutorando em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (DINTER); Mestre em Ciências Sociais (UFPA); Especialista em Gestão Estratégica de Políticas Públicas (UNICAMP) e em Populações Tradicionais da Amazônia (UFPA); Bacharel em Comunicação Social (UNAMA). E-mail: jax@unifesspa.edu.br

INTRODUÇÃO

O estudo da economia tem como pressuposto básico a ciência da distribuição de recursos escassos, sendo que o fator terra sempre esteve em destaque dentro do escopo dos estudos econômicos. As necessidades humanas, pela lógica capitalista, estão fundamentadas em um processo produtivo infinito, no entanto, os recursos naturais que subsidiam este processo são finitos, criando um modelo insustentável. Estabelecida essa problemática, pode-se vislumbrar uma tensão entre as necessidades humanas ilimitadas e a capacidade limitada de suprimento baseada nos recursos naturais, sendo que este conflito é a base do pensamento econômico moderno.

Dentro dessa perspectiva de compreensão das ciências econômicas, do qual o problema fundamental é a lei da escassez, um dos seus principais pensadores foi o economista britânico Lionel Robbins (1898-1984), no livro *Um ensaio sobre a natureza e a importância da ciência econômica*, que centra o seu pensamento no fato de que a escassez força uma opção econômica. Para este autor a economia é a ciência das ações humanas diante de recursos limitados (terra, capital e trabalho) e essa escassez implica que nem todos os desejos podem ser atendidos. A problemática de Robbins consiste na tomada de decisões, em que cabe à sociedade decidir quais e quantos bens produzir. Essa definição de economia é amplamente aceita, mas sua principal crítica se deve a sua pequena amplitude, sendo necessária uma investigação de como as sociedades geram recursos ao longo do tempo, principalmente quando o assunto a ser tratado é a terra. Isto posto, a economia política surge com maior amplitude, que Alfred Marshall descreve dentro da sua obra *Princípios da Economia*, que a economia ou economia política consiste em examinar a ação individual e social em seus aspectos ligados à obtenção e ao uso dos elementos materiais de bem-estar (MARSHALL, 1996).

Observa-se que Marshall não faz nenhuma distinção entre economia política e economia, apesar de possuir maior amplitude que Robbins. Todavia, esta definição está mais ligada ao conceito de economia, em decorrência do foco estar voltado ao bem-estar individual e social e à administração dos elementos materiais, apesar de não tratar dos elementos energéticos. Essa abordagem advém dos economistas clássicos.

No intuito de esclarecer as diferenças entre economia política e economia, Lange (1981) define a economia política como a ciência das leis que regem a produção e distribuição de bens materiais para atender às necessidades humanas, ou seja, o estudo das relações sociais de produção, circulação e distribuição de bens materiais. Por outro lado, este autor conceitua a economia como a ciência da administração dos recursos escassos da sociedade (LANGE, 1985).

Desse modo, pode-se observar um antagonismo conceitual entre os termos de economia

e economia política dado às amplitudes de cada definição, sustentada pela pluralidade nos métodos de análise de cada um e também pelas diferenças ideológicas entre os autores, este que é indissociável da questão econômica.

O trabalho tem como escopo verificar como a questão terra foi desenvolvida pelos autores clássicos e comparar com os pensadores críticos da questão agrária.

Nesse sentido, o trabalho está estruturado em capítulos, sendo o primeiro dedicado à análise da terra para autores da economia clássica. Em seguida, o tema será visto sob o enfoque de autores contemporâneos. Por fim, será analisado o funcionamento da renda da terra, valendo-se da renda diferencial, absoluta e monopólio, para ao final tecer as conclusões da pesquisa.

1. A QUESTÃO TERRA PARA A ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

O estudo da Economia Política teve como ponto de partida as ideias iluministas, que buscavam o livre comércio, internacionalismo, cosmopolitismo, liberdade individual e o sistema de sociedade privada. É válido ressaltar que muitas das influências dos economistas clássicos, vieram do pensamento dos fisiocratas, que consideravam a economia como um organismo regido por leis intrínsecas, com base na Economia Agrária. Seu principal expoente foi François Quesnay (1694-1774), que conforme Strathern (2003) possui uma curiosa mistura do progressista e do arcaico, que possui uma mescla de liberalismo e feudalismo. Na visão dos fisiocratas existia uma diferença entre a agricultura camponesa e uma (pré)capitalista, em que a primeira estaria fadada ao fracasso, devido à capacidade produtiva da segunda ser maior. Para estes pensadores, toda riqueza é provida pela terra e outros setores são apenas complementos afim de diversificar a distribuição. A influência desses pensadores nos economistas clássicos está no direito natural, livre mercado (*laissez-faire*) e a riqueza baseada na terra, ideias defendidas pelos autores do séc. XVIII, servindo de base para a escola moderna clássica que nasce com Adam Smith.

Adentrando a análise da Economia Política clássica, optou-se por considerar os pensamentos dos seus dois principais expoentes: Adam Smith e David Ricardo. Apesar da obra de John Baptiste Say ter sido publicada antes de David Ricardo, este possui mais relevância ao debate, devido às críticas posteriores a sua publicação. Entretanto, antes de adentrar a visão de Adam Smith, torna-se necessário considerar o escritor holandês Bernard Mandeville (1670-1733) e sua fábula das abelhas⁵, que exemplifica o viés ideológico que os clássicos possuem.

⁵ A fábula das abelhas ou vícios privados, benefícios públicos de Bernard Mandeville repercutiu e acalorou o debate com relação a moral, economia e política do seu tempo ao porvir, sendo analisada por David Hume, Adam Smith e Jean Jacques Rousseu. A contribuição de Mandeville foi objeto de linhas diversas de pensamento, como de Karl Marx a Friedrich Hayek. Nesse livro Mandeville coloca que assim como

Nessa fábula, Mandeville explora a ideia de que para uma sociedade prosperar os indivíduos necessitam agir por interesse próprio, onde no momento de altruísmo individual a sociedade entra em colapso.

Essa é a base do pensamento de Adam Smith, conforme sua célebre afirmação que não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que se espera o jantar, mas da consideração que eles têm pelos próprios interesses (SMITH, 1996). Para Smith (1996), a economia política possui dois objetivos, que são prover uma renda ou manutenção farta para população ou, dar-lhes a possibilidade de que ela consiga sozinha tal renda; e prover o Estado ou a comunidade de uma renda suficiente para os serviços públicos.

Observa-se que a questão central da economia política para Adam Smith está na investigação das causas do crescimento das nações que, para ele, está conectada de maneira basilar ao estímulo à acumulação de capital, à mão invisível, e, conseqüentemente alcançando a harmonia social. O fator terra para Adam Smith está associado a sua discussão das diferenças entre salários e lucros, em que afirma que a renda da terra deve ser interpretada como excedente dos produtos do solo, dado os níveis de salários e lucros. Dessa forma, pensando na questão da renda da terra, Smith (1996) considera que a agricultura era prejudicada pelo fato de a terra estar nas mãos de pessoas simples. Inicialmente, o cultivo era feito por escravos, que não tinham motivação para o trabalho, depois vieram os arrendatários por meação que não tinham estímulo para melhorar o solo, e, finalmente, foi introduzido o método de cultivo por arrendatários, que por muito tempo não tinham estabilidade e segurança, pois eram obrigados a pagar aluguel em espécie, com o risco de serem prejudicados por más estações.

Assim, a renda da terra, considerada como o preço pago pelo uso da terra, é a maior possível que o arrendatário pode se permitir pagar, nas circunstâncias efetivas da terra. Portanto, concluir a celebração do contrato, o dono da terra faria o possível para deixar ao arrendatário uma parcela da produção não superior ao que é suficiente para pagar ao arrendatário o capital, juntamente com o lucro normal do capital empregado (SMITH, 1996).

Para David Ricardo (1996) o problema central da Economia Política está na distribuição do produto total entre três categorias: proprietário de terra, dono do capital e os trabalhadores. Em seus textos está claro que a proteção aos produtores nacionais de cereais menos eficientes fazia aumentar a proporção da renda da terra e dos salários em relação aos lucros, ou seja, a renda pela terra se dava em grande parte devido à transferência de renda de setores mais dinâmicos para os menos dinâmicos. A formação da renda da terra de Ricardo consistia na

as abelhas, os homens são egoístas, onde os princípios morais são regulados pelo auto interesse construindo assim o tecido social levando ao progresso.

questão referente à escassez de terras e à diferenciação das produtividades entre elas.

Portanto, a renda é a porção do produto da terra paga ao seu proprietário pelo uso das forças originais e indestrutíveis do solo. A renda é frequentemente confundida com os juros e com o lucro do capital, e, na linguagem popular, o termo é aplicado a qualquer pagamento anual de um agricultor ao proprietário da terra em que trabalha (RICARDO, 1996).

Assim, a base para crescimento econômico é a divisão social do trabalho, por meio da especialização, afim de aumentar a produtividade. Esse sistema foi otimizado pelo criador da Escola da Administração Científica, Frederick Winslow Taylor (1856-1915), indo em contramão às ideias da Economia Política Clássica, que possui como fundamento a “lei de ferro” com relação à remuneração malthusiana e ricardiana, visando salários de subsistência, como forma de evitar o crescimento populacional e escassez de alimentos, mantendo intactos os demais princípios.

Smith e Ricardo iniciam ainda um debate mais amplo, o da teoria do valor do trabalho, em que o primeiro analisa que na sociedade capitalista o valor é igual ao custo de produção, estabelecido pela relação: preço natural = salário + lucro + renda. Ricardo amplia a análise alocando o fator terra e criando o conceito de produtividade marginal decrescente que expressa a relação econômica da utilização de unidades adicionais de trabalho, prevendo que se tudo permanece constante o produto marginal será reduzido a cada unidade incremental ao processo produtivo.

Outro economista que deu ênfase ao escopo renda da terra foi Malthus, que teve grande influência na obra de Ricardo. No pensamento malthusiano, os sistemas econômicos estavam sujeitos a superabastecimentos, o que permitia que os preços subissem quando havia um aumento no gasto, e caíssem quando o gasto era insuficiente. No entanto, não se podia esperar sempre que preços baixos conduziram a um esvaziamento do mercado, sobretudo se os consumidores tivessem não tivessem recursos (STRATHERN, 2003).

Para Malthus (1996) a ciência da Economia Política se aproxima das ciências éticas do que das ciências da matemática, o que permite questionar a serviço de quem funciona a economia? Como podem seus benefícios serem distribuídos de maneira justa para a sociedade? Essas perguntas só começam a ser respondidas com os trabalhos do John Stuart Mill. Para sanar esse problema, o caminho que se abria na perspectiva de Malthus era o da intervenção do Estado, com finalidade distributiva no que toca à renda, de forma que os proprietários de terra deveriam receber mais e os capitalistas menos.

Malthus (1996) entendia que a renda da terra era o excedente do preço entre salários e lucros empregados no cultivo da terra, mesmo compreendendo que há circunstâncias acidentais

e temporárias que podem afetar a referida renda, que é a parcela do produto que fica para o proprietário da terra depois de pagas as despesas referentes a seu cultivo, inclusive os lucros do capital empregado.

Por fim, John Stuart Mill (1996) buscou humanizar a economia clássica, pois a visão corrente era a do homem econômico de Adam Smith, que classifica os indivíduos como egoístas, focados apenas no seu bem-estar pessoal, frios, calculistas e racionais. Mill (1996) observa que a prática antecede à ciência. Logo, a pesquisa sistemática sobre os modos de agir das forças da natureza é o produto tardio no sentido de utilizar essas forças para fins práticos, o que torna a concepção da Economia Política como um ramo da ciência moderna, tendo o assunto sobre o qual versam suas pesquisas constituído um dos interesses práticos da humanidade.

Para Mill o assunto a ser tratado é a riqueza e que, apesar dos autores da Economia Política buscarem investigar a natureza desta riqueza e assim entender as leis de distribuição e produção, o dinheiro como um todo não supre as necessidades humanas individualmente, iniciando assim a distinção entre a riqueza do indivíduo e a riqueza de uma nação.

Segundo Strathern (2003), Mill acreditava que o crescimento econômico era passageiro, devido à Revolução Industrial, e que dessa forma os indivíduos deviam parar de se preocupar em ganhar cada vez mais dinheiro, às custas de sua vida, e dedicar-se as coisas prazerosas e humanizadoras presentes nela. Todavia, Mill conservou as ideias de *laissez-faire* e liberdade individual de Smith e Ricardo, acreditando que qualquer competição é para o benefício dos trabalhadores, com exceção da competição entre eles mesmos, reduzindo o preço dos bens que consomem e que a liberdade individual deve ser limitada (STRATHERN, 2003).

No que tange a sua visão a respeito da renda da terra, ele afirmara que “a renda não é uma despesa produtiva. Não é um gasto para sustentar o trabalho, ou para a provisão de implementos ou materiais que são produtos do trabalho. É o preço pago pelo uso de um agente natural apropriado”. Esse agente natural é certamente indispensável (e mais ainda) como qualquer outro implemento; mas ter de pagar um preço por ele não o é (MILL, 1996:17).

Para Mill (1996, p. 18), a única pessoa além do trabalhador e do capitalista, que pode reclamar dado o direito natural e de propriedade no que tange a uma parte da produção, são os proprietários de terras. “A terra é o principal dos recursos naturais capazes de se tornar objeto de apropriação, e o que se paga pelo uso dela se chama renda da terra”. Esses proprietários para autor consistem em uma categoria importante da população, que possui “direito a uma parte da distribuição da produção, pelo fato de serem proprietários de uma coisa que nem eles nem ninguém mais produziu”. Acredita-se assim que essa renda é feita através do monopólio natural, onde, “evidencia-se de imediato que a renda da terra é o efeito de um monopólio, ainda que se

trate de um monopólio natural, que pode ser regulado [...]” (MILL, 1996, p. 459)

Diante do exposto, ao longo do texto e à luz dos manuscritos dos autores considerados nessa apresentação inicial, percebe-se que há grande discordância entre seus pensamentos, apesar de conservarem as bases ainda fixadas na chave do pensamento iluminista, formando um *Status Quo* em suas abordagens. Em síntese pode-se verificar que, os clássicos, considerando as citações extraídas ao longo do texto, acreditavam que o objetivo da Economia Política é prover e manter a renda farta às populações, proporcionando a estas, oportunidades para o acesso. Desse modo, seriam factíveis as possibilidades de obtenção de recursos suficientes para manter o Estado cumprindo sua função essencial que é proporcionar serviços à população.

O principal método analítico consiste em compreender a distribuição e consumo dessa riqueza, principalmente no que tange às três principais classes da sociedade: o proprietário de terra, o dono do capital e os trabalhadores. Na visão dos clássicos não importa o governo, desde que possua uma boa administração. Por fim, considera-se uma disciplina anterior às ciências, mas que aplicável às ciências éticas e matemáticas, fomentando a possibilidade de que se analise todos os aspectos da vida humana. A Economia Política é prática e aplicável a todas questões básicas e complexas da vida humana.

2. A QUESTÃO TERRA PARA O PENSAMENTO CRÍTICO À ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

Dentro do que foi trabalhado na seção anterior, pode-se observar o emergir de um *Status Quo* em busca da proteção do “capital” e sua perpetuação. O “[...] capital é uma espécie de palavra cabalística, como Igreja e Estado, ou qualquer outro termo genérico inventado pelos que espoliam o resto da humanidade para ocultar a mão que o faz” (HUNT, 2013, p. 145). O capital era em essência a relação social que possui um poder coercitivo de uma classe em detrimento de outra. Esses autores clássicos se afixavam na ideia de que, conforme o crescimento da riqueza dos capitalistas, haveria, naturalmente, uma distribuição da renda, levado como ideal, uma estrutura de mercado perfeita. Todavia, na prática, não foi isso que se desenvolveu no processo econômico-social. A primeira revolução industrial deu início a um processo de depreciação humana, com salários de subsistência – o que era defendido por Ricardo e Malthus – condições de trabalho deploráveis que reforçavam a desigualdade, processo que gradativamente começou a se acentuar. Essa Economia Política não era para os pobres e sim para os ricos, apesar das tentativas do Mill e seu esforço de humanização da Economia Política. Dentro desse contexto surgem críticas duras que abalaram por completo as estruturas clássicas do pensamento econômico.

Permanecendo influentes em suas análises críticas à Economia Política até os dias atuais, Friedrich Engels e Karl Marx foram os responsáveis pelas principais condenações a Economia Política Clássica. Conforme De Deus (2010) o primeiro esforço intelectual desses autores não foi empreendido por Marx, e sim por Engels, em 1844, em seu *Esboço para uma crítica da Economia Política*, sendo que a forma crítica difere sobremaneira da conduzida posteriormente por Marx. Seu ponto de partida, conforme esse autor, se dá na:

[...] constatação da antítese entre as promessas da nascente economia política – vinculadas àquelas do iluminismo... e o sistema de propriedade privada que efetivamente teve de defender no século XIX, baseado na selvagem indústria de então e até mesmo na escravidão. Engels o classifica de imoral e a economia política, por conseguinte, de hipócrita”. (DE DEUS, 2010, p. 18).

Observa-se assim que para Engels poderiam ser perdoados autores clássicos como Smith e até mesmo Ricardo, devido ao momento de desenvolvimento do sistema até então e de uma compreensão parcial de sua época. Destarte, os economistas posteriores deveriam ser criticados “[...] por tentarem encobrir a realidade contraditória e imoral que tinham diante de si” (DE DEUS, 2010, p. 18). A crítica de Engels se concentra no componente moral, canalizando suas energias para analisar o sistema de propriedade privada. Dentro desse arcabouço, critica a expressão “riqueza nacional”, uma vez que estava evidente, no caso da Grã-Bretanha, que um país rico não necessariamente tinha uma população rica, ou seja, os vícios privados e benefícios públicos não corresponderam à expectativa de seus defensores (DE DEUS, 2010).

Buscou compreender a tripartição do valor em renda da terra, lucro do capital e salário do trabalho, afirmando nessa análise que o capital é o trabalho acumulado, possuindo apenas dois fatores reais: terra e trabalho. Portanto:

[...] o capital tem sua origem na propriedade privada, ‘trabalho acumulado’ que se torna substrato do próprio trabalho. E, uma vez separados, o capital também se divide novamente para originar o lucro. Por sua vez, o lucro se divide em lucro propriamente e juros. E todas essas divisões são consequência da divisão da humanidade entre trabalhadores e capitalistas. As divisões entre terra e capital, entre capital e trabalho, entre renda, lucro e salário, portanto, são divisões originadas pela propriedade privada”. (DE DEUS, 2010, p. 22)

Alertava também a respeito de uma contradição dos economistas clássicos, por situarem a concorrência como principal fundamento da propriedade privada, onde evidência que tal concorrência, defendida pelos clássicos, sendo que a luta pelo interesse egoísta leva inexoravelmente à busca pelo monopólio. Outro ponto importante é a crítica realizada a Malthus, pois na teoria da população não se dá relevo ao fato de que a força de produção humana é infinita, portanto, se existe crescimento populacional, o trabalho acumulado também cresce, não podendo considerar a produtividade do solo de forma isolada, mas sim, a produção da sociedade como um todo. Essa temática, incluindo a crítica desenvolvida posteriormente por

Marx, antecede todo o debate sobre os recursos escassos (DE DEUS, 2010).

Os críticos ao pensamento clássico percebem que trabalho é o elo mais fraco dessa luta, condenado a lutar pela sobrevivência, enquanto capital e terra se apropriam da maior parcela da produção. Vale ressaltar que este trabalho para tais autores se dá pelo salário, sendo bastante diferente quando se trata do trabalho dos camponeses, não assalariado. Trocando em miúdos, se o trabalhador assalariado é o elo mais fraco dessa luta, os camponeses constituem uma classe ainda mais fraca nos tempos atuais, pois poucos consideraram estes em seus arcabouços teóricos. Algo constatado por outros autores citados acima e que para Engels resulta em um processo de concorrência que levará a um aumento do número de pobres e ao desaparecimento da classe média. Este autor também estava preocupado com os avanços tecnológicos, tornando complexa a absorção dos trabalhadores pelo mercado e gerando desemprego, e ambas abordagens são trabalhadas pelos neoclássicos (DE DEUS, 2010).

Sendo assim, Engels influencia Marx na busca de uma compreensão crítica da Economia Política, onde este “[...] enuncia, em 1844, num fragmento, sua intenção de pesquisar a questão da divisão do trabalho e da troca, manifestações do interesse egoísta no seio das relações sociais, fato percebido pela economia política, mas também não explicada por ela” (DE DEUS, 2010, p. 53).

Karl Marx, sem sombra de dúvidas, está entre os economistas mais influentes de todos os tempos, junto com Adam Smith e John Maynard Keynes. Esses três são de longe os que tiveram maior impacto na sociedade, cada um ao seu modo, e não há até o momento ninguém que se aproxime do vulto de suas proezas intelectuais. Hunt (2013, p. 175) ressalta que “poucos foram os pensadores na história que formularam ideias, tanto sobre questões intelectuais quanto sobre questões práticas, que tenham tido um impacto equivalente ao das ideias de Karl Marx”. Este autor prossegue argumentando que Marx formulou um sistema completo e integrado sobre a base da epistemologia, ontologia, natureza humana, a natureza da sociedade, a relação entre o indivíduo e o todo social e a natureza do processo da História social. Sem sombra de dúvidas, algo possível de ser produzido apenas pelo intelecto de um gênio. Strathern (2003, p. 120) destaca que “[...] muito mais do que John Stuart Mill teria considerado possível, Karl Marx entendeu mal a economia, mas também entendeu bem”, onde:

O comunismo que propôs para substituir o capitalismo não funciona: várias de suas críticas mais argutas ao capitalismo, contudo, permanecem sem resposta. As questões de justiça social que Marx suscitou – prementes e cruciais na época – ainda estão conosco. A existência lado a lado de luxo e miséria implacável encontrada em Bombaim e no Rio de Janeiro seria perfeitamente reconhecível pelo Marx que habitou a Londres dickensiana (STRATHERN, 2003, p. 120)

Por fim, deve-se destacar a respeito de Karl Marx e Friedrich Engels que:

Os dois eram homens interessantes e, sem dúvida alguma, enormemente importantes. O problema é que já não mais eram homens apenas; o ser humano Marx fora obscurecido pela figura Marx, e Engels ficara oculto atrás da sombra de Marx. Caso tivéssemos que julgar sob a luz da devoção de conceitos religiosos, diríamos que Marx poderia ser considerado um líder religioso do mesmo nível de Cristo ou Maomé, e Engels como uma espécie de São Paulo ou São João. No Instituto Marx-Engels, em Moscou, eruditos debruçam-se sobre seus trabalhos com a mesma idolatria que ridicularizam nos museus antirreligiosos que há por lá; mas enquanto Marx e Engels eram canonizados na Rússia, eram crucificados na maior parte do mundo (HEILBRONER, 1996, p. 134)

De Deus (2010, p. 1) afirma que o pensamento marxiano está diante de um paradoxo, pois suas obras estão praticamente completas e “[...] Marx não participa mais do debate econômico propriamente dito”. Ressalta ainda que com a crise de 2008 “a perspectiva marxiana não influencia mais a vida social, nem científica”, algo que é radical no contexto brasileiro. Essa iniciação tem como foco demonstrar que dentro das ciências sociais aplicadas, Marx sempre será polêmico, variando conforme o olhar ideológico de quem o examina. Destarte, suas críticas abalaram profundamente as estruturas da Economia Política Clássica, onde até as respostas dos economistas neoclássicos para defender o *Status Quo* não bastaram para responder as suas principais críticas.

Marx analisou profundamente as bases dos autores clássicos discutidos na sessão anterior, sendo muito influenciado pelas teorias do valor e dos lucros de Smith e Ricardo. Hunt (2013, p. 176) destaca até que sua teoria pode ser considerada “uma extensão, um refinamento e uma elaboração mais detalhada das ideias daqueles autores”. Todavia, continua o autor, em outros aspectos Marx “[...] considerava-se um crítico antagonista. Também citava com frequência e com aprovação os escritos de Thompson e de Hodgskin; também nesse caso, Marx criticou severamente muitas das ideias desses autores” (HUNT, 2013, p. 176). Hunt (2013) coloca que Marx considerava que o único oponente intelectual dos economistas clássicos era Stuart Mill, onde Malthus, Senior, Say, Bastiat, entre outros, limitou-se apenas a criticá-los.

Hunt (2013) ainda destaca que para Marx a grande deficiência da maioria desses autores coincidia com a sua falta de perspectiva histórica, embora essa crítica se dirigisse menos a Smith. Este autor demonstra que para Marx os economistas de sua época eram incapazes de diferenciar as características universais da produção e as características específicas do capitalismo, onde levava a duas distorções principais: a primeira referia-se “a crença de que o capital estava presente em todos os processos de produção” constituindo em um equívoco de todos economistas anteriores a David Ricardo, com exceção a Hodgskin; a segunda distorção está pautada na “crença de que toda atividade econômica era simplesmente uma série de trocas”, principalmente Senior e Bastiat (HUNT, 2013, p. 178)

Strathern (2003, p. 129) prossegue analisando que a consciência, “[...] tanto individual

quanto social, é ditada pela economia, pelo que Marx chamou de materialismo histórico”. Assim sendo, “a existência material dita a nossa consciência, e não o contrário”. Nesse sentido, Marx:

[...] esboça uma evolução filosófica da consciência – que ao seu ver se desenvolve de uma maneira quase dialética, e não por meio da sobrevivência do mais apto. Originalmente vivíamos em harmonia com a natureza (tese). Foi somente ao nos opormos à natureza que nós percebemos a nós mesmos como seres humanos (antítese). Dessa luta nasceu nossa consciência (síntese) (STRATHERN, 2003, p. 128).

Buscando compreender a consciência humana sob a luz do capitalismo de sua época, questionou os direitos de propriedade capitalista, sendo que a única análise plausível se dava por meio das trocas. Seu interesse estava na análise da relação social entre os capitalistas e os trabalhadores, que pode ser rearranjado para lucros e salários. Para tal, se fez necessário analisar o dinheiro, pois dentro da ótica capitalista, faz parte do conjunto de mercadorias que possui um fluxo entre capitalistas e trabalhadores. Dessa forma, Marx percebeu uma consequência imediata da relação de troca, onde “[...] o produtor não produz mais para consumir, mas apenas para trocar, portanto, seu trabalho não guarda relação direta com suas necessidades, mas apenas serve para que tenha acesso a outras mercadorias” (DE DEUS, 2010, p. 36).

O resultado imediato do trabalho é o aumento do egoísmo e distanciamento entre as pessoas, pois se faz necessário uma divisão do trabalho, defendida por Smith e Ricardo, para a geração de maior riqueza para sociedade. No entanto, Smith e Ricardo acreditam que os interesses dos capitalistas acompanham os anseios da sociedade, algo criticado severamente por Marx, onde, pois “[...] na economia política, sob domínio da propriedade privada, o interesse que alguém possui em relação a sociedade está exatamente em proporção inversa em relação ao interesse da sociedade em relação a ele” (DE DEUS, 2010, p. 44)

Com a finalidade de buscar compreensão do sistema capitalista, Marx se voltou para a circulação simples de mercadorias e a circulação capitalista. Em sua análise observou que na circulação simples de mercadorias tinha uma relação de Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria (M-D-M), onde num primeiro momento é produzida a mercadoria para, posteriormente, através da troca, se converter em moeda e por consequência novamente em mercadoria a ser consumida pelo indivíduo. No sistema capitalista esse sistema se altera para Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro (D-M-D), observando que para a produção o capitalista necessitava capitalizar a produção. A mercadoria torna-se então elo secundário que conseqüentemente gera mais dinheiro e, portanto, o acúmulo de capital. Dentro dessa ótica capitalista, não faria sentido o dinheiro do primeiro fluxo ser o mesmo do último, gerando nesse momento um excedente monetário ao capitalista, transformando a fórmula em D-M-D’, onde o D’ é a mais-valia. Após essa análise “Marx concluiu que a característica essencial do capitalismo que dava origem à mais-valia, ou lucro,

não podia ser encontrada na esfera da circulação, e voltou sua atenção para a esfera da produção” (HUNT, 2013, p. 184).

A fórmula final de Marx é: D-M...P...M'-D', demonstrando em três estágios sua lógica. O P da fórmula significa o processo de produção, que geraria valor ao processo, transformando M, em M', onde o M' é a mercadoria com valores agregados embutidos do processo produtivo, resultando em D', correspondendo a mais-valia do processo capitalista.

Assim, Marx formulou respostas para as questões que tinha levantado sobre a natureza e as origens da mais-valia. Ele mostrou que, por meio de uma série de trocas em que todas as mercadorias eram trocadas por seus valores, a mais-valia não era gerada na troca mas no processo de produção. Ele mostrou que a mais-valia só poderia ser realizada na troca num sistema socioeconômico em que o trabalhador “livre” vendia sua força de trabalho ao proprietário de capital. Portanto, “trabalhadores livres” que não possuíssem meios de produção relevantes eram um pré-requisito para a existência do capital. Assim, o capital teria que envolver um conjunto muito específico de relações sociais. (HUNT, 2013, p. 199)

Marx, desse modo, “lança a pedra fundamental de sua crítica da economia política: o trabalho alienado” (DE DEUS, 2010, p. 45). Isto posto, a mais-valia não surge da troca, sendo esse o problema fundamental da Economia Política, do qual Marx reconhece que:

“A pesquisa sobre como o mais-valia se origina constituiu a questão mais importante da economia política, desde os fisiocratas até a época mais recente. Na verdade, trata-se da questão de como o dinheiro (ou mercadoria, pois dinheiro é apenas a forma transformada em mercadoria), uma quantia de valor em geral, se transforma em capital, ou então: como se origina o capital?” (MARX, apud DE DEUS, 2010, p. 177)

Outra crítica fundamental do pensamento marxiano a respeito dos economistas clássicos se dá na contradição liberal do monopólio, conforme abordado na sessão anterior. Tal contradição origina-se no fato do capitalista lutar por interesses egoístas, em concordância com a fábula da abelha. Dessa forma, busca-se o monopólio dos meios de produção, onde essa estrutura de competição perfeita defendida pelos clássicos é irreal.

Para finalizar, cabe retornar a origem da economia política, que conforme De Deus (2010, p. 35), possui como pressuposto fundamental o homem como proprietário, dentro da lógica de propriedade privada. O autor coloca que “o ponto de partida da economia política não é o próprio homem, mas o proprietário, o homem que se afirma por meio da propriedade privada (e que buscará o monopólio)”. Destarte, percebe que o homem alienado existe somente devido a propriedade privada. Assim sendo, “Marx nos ensina não apenas a olhar para, mas também olhar através da História” (HEILBRONER, 1996, p. 162).

3. A QUESTÃO DA TERRA E OS TIPOS DE RENDA

Como se pode observar ao longo deste trabalho, a visão da economia política varia

conforme o olhar da pessoa que a analisa, porém, é uma questão prática e aplicável, impactando na vida de todos. Quando o assunto a ser tratado por estas correntes é a terra, a complexidade aumenta, pois para muitos dos economistas a terra é a principal fonte de riqueza dos homens. Não obstante, uma das críticas mais duras com relação ao modelo dos clássicos se dá com relação às questões de conflitos e desenvolvimento territorial. Fernandes (2004, p. 5) expõem que o pensamento dominante desenvolve uma lógica em que o conflito prejudica o desenvolvimento, devido à intervenção dos fatores no mercado. Todavia, na visão desse autor, “o conflito agrário e desenvolvimento são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente” (FERNANDES, 2004, p. 2). Percebe assim que ao utilizar o termo conflitualidade, na qual este é “um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo, o conflito em si é o momento de enfrentamento” (FERNANDES, 2004, p. 3). Para complementar, cabe ressaltar o pensamento de Martins (1994, p. 12) afirmando que “a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer”.

De acordo Montibeller (1999) a primeira contradição estrutural do capitalismo se dá na relação entre forças de trabalho e as relações sociais de produção. Já a segunda diz respeito as condições de produção (incluindo a natureza no processo), no qual as crises são de disponibilidade da natureza, para oferecer recursos e absorve-los. Diante desse cenário, o ponto a ser analisado nessa parte é a renda da terra. Observa-se que dentro dessa temática há dois grupos distintos de trabalho, sendo o trabalhador assalariado na agroindústria e os trabalhadores camponeses. Ambos trabalhadores (assalariados e camponeses) estão na relação de poder com os proprietários de terra e o capital em desvantagem. Todavia, esse texto terá o seu enfoque nos camponeses, por se constituir em uma classe não assalariada, e conseqüentemente, excluída da economia política, gerando-se os mais terríveis conflitos. Fernandes (2004, p. 8) demonstra que a conflitualidade resulta nos enfrentamentos das classes, “[...] onde de um lado, o capital expropria e exclui; de outro, o campesinato ocupa a terra e se ressocializa”. Este mesmo autor afirma que o tensionamento da questão agrária é gerado por um modelo de desenvolvimento, que aumenta a conflitualidade, visto que para tal, existem expropriações, concentrações de terras e riquezas. Salienta que para a distensão dessa questão, se faz necessário a redução da conflitualidade, buscando-se a desconcentração de terra e riquezas.

A questão terra é tão polêmica e paradoxal que conforme Almeida e Monte-Mor (2017, p. 426) os diversos “autores as discutiram não sob a perspectiva de uma escola de pensamento específica, mas de uma perspectiva sobre a socialização do solo em si”. Destarte, Guigou (1982), apud Almeida e Monte-Mor (2017), elabora algumas indagações importantes a respeito

desse tema, como: a propriedade priva da terra, com suas vantagens em relação a eficiência econômica e desvantagens distributivas, é justificável? Quais são os obstáculos à socialização do solo? Em que sentido a terra pode ser diferente de outros bens, como ar e água?

Surge assim, posições surpreendentes, como o Léon Walras (um dos principais nomes da economia política clássica), que defende radicalmente a nacionalização do solo, estando os marxistas neste momento, mais moderados.

Dentre esses autores, por exemplo, alguns entendiam que a terra deveria ser organização em pequenas comunidades camponesas. Nesse debate, as percepções de liberais e socialistas convergem, por condenar o enriquecimento sem causa – obtida através da simples instituição da propriedade, fundada, por sua vez, na instituição da herança. Tanto do ponto de vista dos primeiros, quanto dos segundos, o “adversário” ideológico fica claro: as antigas aristocracias, possuidores de uma propriedade que é entendida como obstáculo tanto para o capital quanto para a emancipação dos trabalhadores (ALMEIDA; MONTE-MOR, 2017, p. 427)

Quando se pensa em uma das principais fontes de riqueza da terra, desde os tempos mais remotos, até o presente, e, sem sombra de dúvidas, que irá perpetuar durante todo o momento em que o homem estiver neste planeta, está relacionado a produção de alimentos. Diante dessa questão, se torna necessário compreender um dos principais segmentos, a agricultura, sob a ótica do modo de produção capitalista. A questão do movimento da rota do capita, $D - M - D'$, algo já analisado na sessão anterior, compreende que:

O desenvolvimento do modo capitalista de produção, entendido como processo contraditório de reprodução ampliada do capital, pressupõe a criação capitalista de relações não capitalistas de produção, uma vez que o capital, ao reproduzir-se, reproduz também de forma ampliada as suas contradições. (OLIVEIRA, 2007, p. 20)

Diante dessa perspectiva, este autor resgata duas análises importantes na agricultura, sendo a primeira no que se refere ao capitalismo concorrencial e o segundo no aspecto monopolista. De forma bem resumida, deve-se entender que a agricultura sob o capitalismo concorrencial se deu na transição não uniforme entre o feudalismo e o capitalismo, onde as mercadorias ganharam o mundo, com a sua circulação. Com o surgimento da indústria a agricultura foi se adaptando, sendo desenvolvida em dois lados. De um lado tinha a agricultura especificamente capitalista, baseada no trabalho assalariado e nos arrendamentos. Do outro lado houve agricultura baseada na articulação com as formas de produção não-capitalistas (OLIVEIRA, 2007, p. 21). Em contrapartida, a agricultura sob o capitalismo monopolístico se expressa por uma relação contraditória devido à crise iniciada na agricultura inglesa do século XIX, do qual enfrentaram o seguinte dilema:

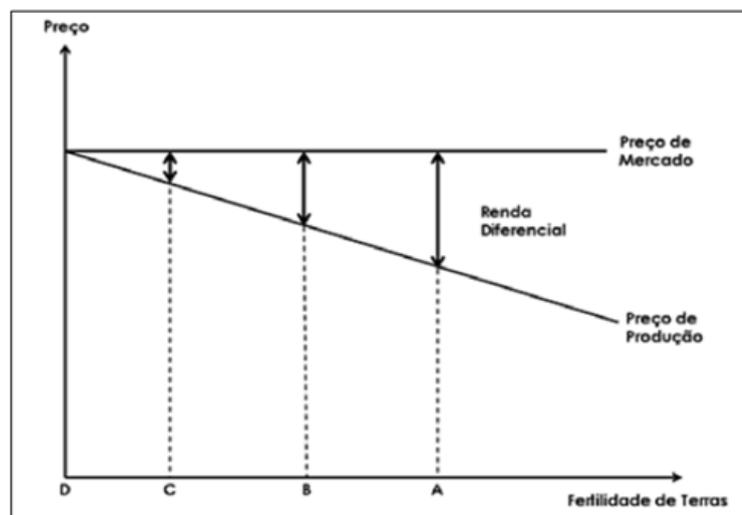
[...] a oposição relativa entre os interesses dos proprietários fundiários expressos nas altas taxas de arrendamento e os dos capitalistas, que, sob pressão dos preços internacionais, não conseguiam produzir sob relações de

produção capitalistas, em função dos 31 Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária elevados custos de produção”. (OLIVEIRA, 2007, p. 30-31)

A resposta a essa contradição e desequilíbrio entre agricultura e indústria, por parte do imperialismo, “foi transposta para o plano internacional como sendo o comércio de produtos primários contra produtos manufaturados”. Isso acarretou na drenagem da agricultura em duas pontas, afetando o consumo e distribuição, criando-se assim, as agroindústrias (OLIVEIRA, 2007). Diante desse paradoxo, vale analisar a renda da terra para os contemporâneos e seu funcionamento. Observou-se ao longo desse trabalho, como os clássicos e seus críticos pensavam na questão terra. Destarte, chega-se ao momento de analisar a renda da terra com o olhar contemporâneo, apresentado por Almeida e Monte-Mor (2017) baseado nos estudos de Guidou (1982), que utiliza conceitos de renda diferencial (RD), renda absoluta (RA) e renda de monopólio.

Nesse sentido, a renda diferencial decorre da captação de parte da mais-valia e tem como fonte diferentes condições de produção, que são exógenas. Tal renda não afeta os preços dos bens agrícolas, pois são dados pelo preço de produção do pior terreno (ALMEIDA; MONTE-MOR, 2017). Assim, a renda diferencial pode ser dividida em renda diferencial I (RD-I) e renda diferencial II (RD-II). A RD-I independe do capital aplicado na produção específica e tem como causa diferenças de fertilidade e localização do solo, o que pode levar a rendimentos diferentes (ALMEIDA; MONTE-MOR, 2017). Acerca desse ponto percebe-se que a RD-I é uma infiltração marginalista na obra de Marx (Gráfico 1).

Gráfico 1: Renda diferencial I



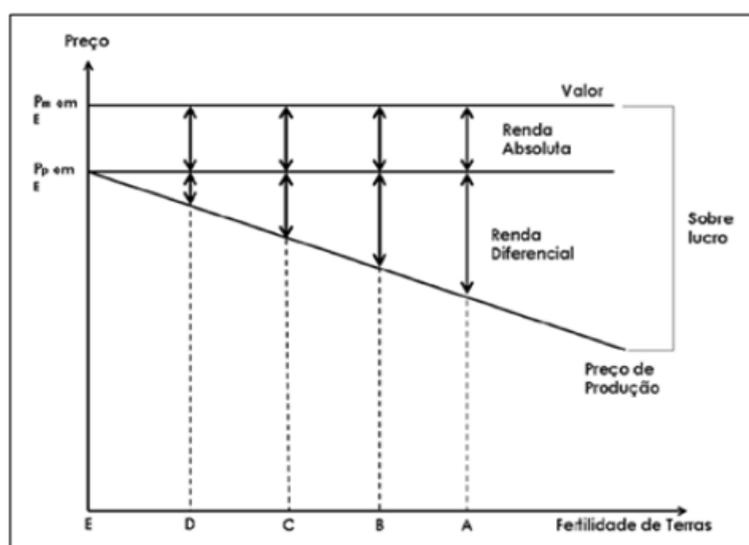
Fonte: Guigou (1982), apud, Almeida; Monte-Mor (2017, p. 428)

Por outro lado, a RD-II está relacionada com a quantidade de capital empregada sobre

uma terra já utilizada, o que pode levar a diferenças de produtividade, à semelhança da lei dos rendimentos marginais decrescentes, que decorre de um processo intensivo (ALMEIDA; MONTE-MOR, 2017). Desta forma, a intensificação da produção sobre uma porção do espaço leva a rendimentos diferentes, como uma renda adicional à RD-I, que é a RD-II (ALMEIDA; MONTE-MOR, 2017).

Já a renda absoluta (RA) decorre do fato do produtor marginal também ter um ativo, que gera uma renda, que depende da composição orgânica do capital no setor agrícola, que tem que ser menor que nos outros setores da economia (ALMEIDA; MONTE-MOR, 2017). Nessa linha de raciocínio, este setor emprega mais mão de obra e possui valor mais alto. É esse valor mais alto que proporciona a RA (ALMEIDA; MONTE-MOR, 2017). Diante disso, para garantir a sobrevivência do proletariado eram necessários salários mais altos, o que faz com que a propriedade privada do solo seja um obstáculo ao capital, com os preços dos produtos agrícolas sejam mais altos que os preços de produção (Gráfico 2).

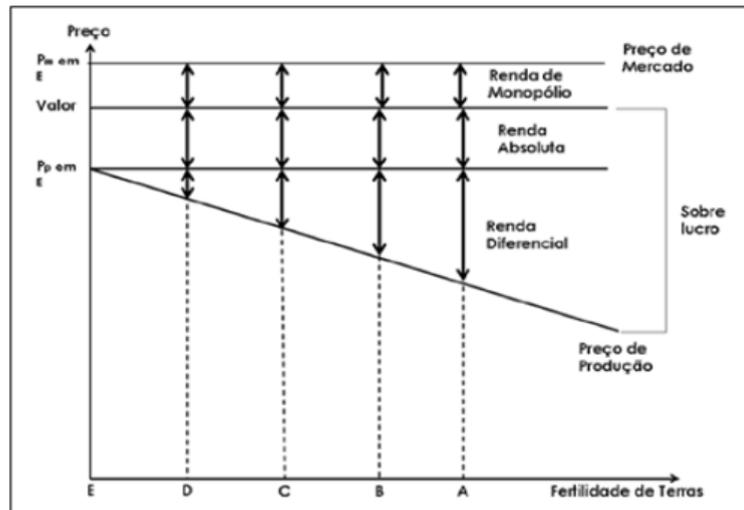
Gráfico 2: Renda diferencial e Renda absoluta



Fonte: Guigou (1982), apud, Almeida; Monte-Mor (2017, p. 429)

Por fim, a renda de monopólio exposta no Gráfico 3 está relacionada com as condições de demanda, como a escassez de produtos e o poder de compra dos consumidores, elevando o preço de mercado (ALMEIDA; MONTE-MOR, 2017).

Gráfico 3: Renda diferencial, Renda absoluta e renda de monopólio



Fonte: Guigou (1982), apud, Almeida; Monte-Mor (2017, p. 430)

No entanto, tais discussões, dado sua complexidade, torna-se necessário adentrar nas discussões que permeiam os estudos na sociedade contemporânea acerca das questões ambientais, versus modo de produção de riquezas. Como o conceito de natureza é a produção social, para Gonçalves (1998) se estabelece de acordo com os consensos sociais constituídos ao longo dos processos históricos. Oliveira (2002) assegura que pensar a natureza hoje, e o modo de como o homem se relaciona com ela no contexto do modo de produção capitalista, nos remete ao passado, na perspectiva de compreender as mudanças que se processaram no modo da sociedade pensar, interagir e produzir a natureza. A sociedade em dado momento histórico pensa as relações de produção, ele estabelece formas de controle e domínio da natureza, estabelecendo o padrão de metabolismo social, que atenda a matriz econômica dominante.

Autores como Gadgil e Guha (1992) e Toledo (1994) concordaram em distinguir pelo menos três principais modos de utilização dos recursos ou a apropriação da natureza, que dizem respeito de como organizar o metabolismo social: modo primário ou característica de caçadores-coletores, em que a apropriação de recursos deixa de transformar a estrutura e dinâmica dos ecossistemas; o secundário, vinculado ao modo agrícola definindo por um tipo de metabolismo que produz transformações, certamente ainda limitado na dinâmica dos ecossistemas; plantas e animais domesticados, espécies são manipulados e transformadas; e por fim, o metabolismo característico das sociedades industriais, que usa os combustíveis fósseis ou a base de energia atômica, que fornece uma intervenção de alta capacidade na dinâmica do ecossistema, possuindo uma ampla capacidade expansiva, subordinada e transformadora (TOLEDO; MOLINA, 2007, p. 15).

A teoria de formação do valor, que em um dado momento histórico via a natureza como fonte de valor e a agricultura como meio de produção, estabeleceu a negação da prioridade do

trabalho agrícola e também da natureza exterior. A partir dessa inversão paradigmática, a natureza deixa de ser o elemento central da Teoria Econômica, pois passou a ser vista como um obstáculo ao desenvolvimento econômico (SMITH, 1987, apud OLIVEIRA, 2002).

Para Marx e seus estudos sobre as relações entre modo de produção, valor e trabalho é indispensável que o padrão de produção de riquezas leve em conta a possibilidade de unicidade entre natureza e história, ou entre natureza e sociedade, pois a natureza não pode ser concebida como algo exterior a sociedade, visto que esta relação é um produto histórico. Para isso, o referido autor adotou o conceito de metabolismo ou interação metabólica, para argumentar que há uma mediação da sociedade com a natureza, e que a força motivadora dessa interação é o processo de trabalho, pois tanto o Sujeito – o trabalhador, como o Objeto – a matéria-prima a ser transformada – são fornecidos pela natureza ao trabalho. “A natureza é dialética, e esta dialética se dá por meio da interação do homem com a natureza” (OLIVEIRA, 2002).

Nesse sentido, Molina (2000) assegura que o discurso historiográfico atual não responde, na sua abordagem e na seu conteúdo convencional, aos problemas que a sociedade enfrenta. Um discurso destinado a exaltar o crescimento econômico e o consumo excessivo de bens materiais, a manipulação da natureza para aumentar a base física da produção sem cuidar dos custos sociais e ambientais não contribui nem pode fornecer soluções para a atual crise ambiental que comprometa a continuidade, a capacidade produtiva dos ecossistemas.

Santos (1991, p. 88), corroborando com esse debate, problematiza que toda ação do homem é trabalho e todo trabalho produz uma metamorfose no espaço, considerando que o mesmo se inscreve na relação do homem com a natureza de forma progressiva e dinâmica. A natureza vai incorporando a ação do homem e dele adquirindo diferentes feições relacionadas a determinado momento histórico. Para Santos, denomina-se ação humana aquela que o homem realiza sobre o meio que o rodeia, para suprir as condições necessárias à manutenção da espécie. Segundo Santos, ainda na mesma obra, “a relação entre o homem e o seu entorno é um processo sempre renovado que tanto modifica o homem quanto a natureza”. Foi com esta visão que o marxismo incorpora a discussão do metabolismo social.

CONCLUSÃO

Desta forma, a pesquisa demonstrou que o capital possui impacto nas relações sociais, com poder coercitivo de uma classe sobre outra. Ocorre que na visão de autores clássicos o crescimento da riqueza dos capitalistas levaria a uma melhor distribuição de renda, o que representaria uma estrutura de mercado sem falhas. Mas a história se encarregou de mostrar que na prática, não foi isso que aconteceu. Com a primeira revolução industrial houve um processo

de depreciação humana, com salários baixos e condições de trabalho insalubres, que reforçavam a desigualdade.

Além das limitações e contradições dos economistas clássicos, é necessário inserir reflexões mais atuais na compreensão nos processos de economia de mercado, em que a terra é palco de conflitos e de disputas por diferentes grupos, com discrepantes níveis de influência e de defesa. Nas diversas classes, os camponeses compõem o grupo com menor poder de barganha e de veto às decisões acerca da utilização do solo.

Pretende-se então, levar à reflexão de que o desenvolvimento do modo de produção centrado na propriedade privada numa economia de mercado não é perfeito e apresenta contradições na reprodução do capital, com a criação capitalista de relações não capitalistas de produção. Nesse sentido, é necessário debater o tema para que a sociedade possa tomar consciência destes processos e agir de para que seja ouvida e suas necessidades consideradas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. P; MONTE-MOR, R. L. de Melo. Renda da terra e o espaço urbano capitalista contemporâneo. **Revista de Economia Política**, vol 37, n° 2 (147), pp. 417-436, abril-junho/2017

DE DEUS, Leonardo Gomes. **Reconstrução categorial de O Capital à luz de seus esboços: a instauração da crítica da economia política (1857, 1863)**. Tese de doutorado. CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2010.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. **Seminários no Lincoln Institute of land policy** e Harvard University. Abril de 2004.

GONÇALVES, C. Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1998.

HEILBRONER, Robert L. **A história do pensamento econômico**. Ed. Nova Cultural. São Paulo: 1996. ISBN 85-351-0810-6

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. 3° ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional**. 10ed. Pearson, 2015.

LANGE, Oskar. **Economia Política**. In: Economia. (Org. Lenina Pomeranz, Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo, 1981.

LANGE, Oskar. **O Objeto e Método da Economia**. In: Clássicos da Literatura Econômica. Brasília: IPEA, 1985.

MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios da economia política e considerações sobre sua aplicação prática**. Ed. Nova Cultura. São Paulo: 1996. ISBN 85-351-0828-9

MARSHALL, Alfred. **Princípios da Economia**. Ed. Nova Cultural. São Paulo: 1996. ISBN 85-351-0913-7

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, KARL. **Uma contribuição para a crítica da economia política**. Livro de domínio público

MOLINA, Manuel González de. De la “cuestión agraria” a la “cuestión ambiental” em la historia agraria de los noventa. **História Agrária**. Vol. 22, 2000, pp. 19-36

MONTIBELLER.F, G. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável**. Tese de doutorado. UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis/SC, 1999.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. Relação Homem/Natureza no Modo de Produção Capitalista. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. Depósito Legal: B. 21.741-98Vol. VI, núm. 119 (18), 1 de agosto de 2002.

PAULANI, Leda Maria. Ciência econômica e modelos de explicação científica: retomando a questão. **Rev. Econ. Polit.** [online]. 2010, vol.30, n.1, pp.27-44.

ROBBINS, Lionel. **Um ensaio sobre a natureza e a importância da ciência econômica**. Ed. Saraiva. São Paulo: 2012.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1991.

SAY, Jean Baptiste. **Tratado de economia política**. Ed. Abril cultural. São Paulo: 1983.

SINGER, Paul. **Curso de introdução à economia política**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações**. Ed. Nova Cultural. São Paulo: 1996. ISBN 85-351-0827-0

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

STRATHERN, Paul. **Uma breve história da economia**. Ed. Zahah. Rio de Janeiro: 2003.

TOLEDO, Víctor M; MOLINA, Manuel González de. El Metabolismo Social: Las Relaciones entre la Sociedad y la Naturaleza. In **El Paradigma Ecológico en las Ciencias Sociales**. Espanha. Icaria, 2007.